



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 02/2020

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RIBEIRA DE PENA

Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e vinte, pelas dezoito horas, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor António Augusto Alves Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Tomar conhecimento do Relatório e Contas de 2019 da empresa EHATB, EIM S.A- Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso;-----

Ponto dois – Apreciar e aprovar a Estratégia Local de Habitação;-----

Ponto três – Apreciar e Aprovar a proposta de Suspensão Parcial da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Ribeira de Pena.-----

Estiveram presentes todos os membros da Assembleia, com exceção dos senhores:-----

Maria Filipa Campos Ladeiro, com justificação de falta, tendo sido substituído pelo membro **Daniela Maria Meneses Pinto**;-----

António Leite Teixeira, com justificação de falta, tendo sido substituído pelo membro **António Joaquim Valadares**;-----

Paulo Jorge Moura Costa, sem justificação de falta.-----

Estiveram também presentes os senhores Presidente e Vice-Presidente da câmara Municipal, **João Noronha** e **Luís Ferreira**, respetivamente.-----

O senhor Presidente da Assembleia abriu a sessão cumprimentando todos os presentes.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO I – FOI DADO CONHECIMENTO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2019 DA EMPRESA EHATB, EIM S.A. – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se seria necessário algum esclarecimento sobre o conteúdo do mesmo.-----

PONTO II – APRECIAR E APROVAR A ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar -----

Este assunto foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos de execução imediata nos termos do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Usaram da palavra, devidamente autorizados:-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal evidenciou a oportunidade de se aproveitar este quadro de soluções da NGPH-Nova Geração de Políticas de Habitação, cuja candidatura, caso venha a ser aprovada, poderá garantir um financiamento de cerca de três milhões de euros para o concelho de Ribeira de Pena. Fez uma súmula da estratégia local de habitação e da sua abrangência. Neste âmbito, referenciou a intenção da Câmara Municipal intervir no edifício das antigas oficinas do Município para o transformar em fogos da habitação social, assim como a aquisição, com a mesma finalidade de construção de habitação social, de um prédio sito ao lado da Casa do Povo em Cerva. Salientou, ainda, que foi realizado um diagnóstico das situações de precaridade habitacional existentes no concelho e priorizadas as intervenções que urge materializar em condições de habitação minimamente condignas.-----

-Interveio o membro António Carlos Pacheco Afonso e disse achar bem que se aproveite esta oportunidade mas queria saber quem elaborou este estudo, assim como quem o validou e porquê? Porque considera que, para além destas 64 situações ainda haverão outras que não foram consideradas. Perguntou, também, se uma pessoa pode apresentar candidatura para reabilitar a sua habitação. Em resposta o senhor Presidente da Câmara, informou que o diagnóstico as carências habitacionais foi desenvolvido pelos serviços municipais, com a colaboração de entidades parceiras, como o CLDS e a própria Segurança Social, que têm um amplo conhecimento do território e da população. Quanto à possibilidade de uma pessoa se poder candidatar diretamente a estes apoios, o Presidente da Câmara disse que tal é possível, sendo que todos os processos estarão sempre sujeitos à análise do Município e à priorização das intervenções a realizar previamente estabelecidas.-----

-Interveio o membro José Gabriel Borges para saber se esta candidatura terá boas hipóteses de vir a ser aprovada. O senhor Presidente da Câmara respondeu que existem de facto boas possibilidades de que isso venha a acontecer e, nessa medida, resolver os principais problemas habitacionais existentes do concelho.-----

-Interveio o membro Maria Helena Rodrigues e disse que louva a Câmara Municipal por esta iniciativa de aproveitamento destes apoios financeiros que beneficiarão, principalmente, muitos agregados familiares que vivem em condições habitacionais pouco dignas. Perguntou, ainda:-----

. Qual o número de habitações referenciadas em Cerva;-----

. Se para uma situação de casa arrendada também era possível recorrer a estes apoios.-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

. Se para uma situação de casa arrendada também era possível recorrer a estes apoios.-----

Respondeu o senhor Presidente da Câmara e disse ter sido referenciadas 22 habitações em Cerva. Quanto a casas arrendadas, apenas o senhorio pode apresentar o pedido o qual terá que se enquadrar dentro dos critérios definidos pela legislação.-----

- Interveio o membro Fernando Lourenço e disse que poderão haver pessoas que, muito embora necessitadas, estão já no fim da sua vida pelo que depois serão os herdeiros a tirarem proveito desses apoios financeiros concedidos pelo Estado para beneficiar as habitações. Respondeu o senhor Presidente da Câmara e disse que de facto isso pode vir a acontecer, contudo, esclareceu que qualquer particular com habitação degradada e em dificuldades financeiras pode candidatar-se a estes apoios, e que a Estratégia Local de Habitação pode ser revista a cada seis meses, pelo que o Município está sempre a tempo de incluir novas situações que se enquadrem nos objetivos e critérios da Nova Geração de Políticas de Habitação.-----

PONTO III – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DA PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE RIBEIRA DE PENA.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta de suspensão parcial da primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Ribeira de Pena, com os votos favoráveis do grupo municipal do PS e dos Presidentes da Junta de Alvalá e Canedo e a abstenção do restante grupo municipal do PSD. -----

Este assunto foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos de execução imediata nos termos do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

Usaram da palavra, devidamente autorizados:-----

O senhor Presidente da Câmara disse que a suspensão parcial do PDM está subjacente à apresentação de candidatura para expansão da zona industrial da Portela de Santa Eulália.-----

Interveio o membro António Carlos Pacheco Afonso e perguntou;-----

. Porque é que não foi feita a UOPG que estava programada para aquela zona industrial;-----

. Qual o montante gasto em estudos e projetos;-----

☐ Se os terrenos a ocupar são pertença da Câmara Municipal;-----

☐ Qual o impacto e se vai haver pessoas desalojadas.-----

Disse ainda que, se a UOPG tivesse sido feito já não haveria necessidade de agora suspender o PDM. Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse:-----

☐ Não existe qualquer estudo ou projeto aprovado e licenciado para aquela Zona Industrial;-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

. Que, embora já existam empresa a manifestar interesse em desenvolver projetos industriais/fabris, ainda não estão definidas as empresas a instalar na Zona Industrial e os pedidos serão analisados, caso a caso, e que serão salvaguardados todos os impactes ambientais;-----

. Que os terrenos a ocupar são propriedade do Município e outros serão adquiridos aos respetivos proprietários, preferencialmente por via amigável, mas em ultimo caso, por expropriação;-----

. Que se trata de um investimento na ordem de um milhão e quinhentos mil euros.-----

Relativamente a este assunto interveio ainda o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e disse existiu um procedimento para a elaboração do plano de pormenor para a expansão da zona industrial, mas esse processo de elaboração do instrumento de gestão territorial já tinha caducado em 2015.-----

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei.- -----

O Presidente da Assembleia Municipal

António Rodrigues

A Secretária

Maria Georgina Vilela, Profª